

A Fundação Ford e o Departamento de Estado Norte-Americano: a montagem de um modelo de operações no pós-guerra¹

The Ford Foundation e and the State Department: the building of a relationship model in the post-Second World War

Wanderson Chaves²

Resumo: Neste artigo, demonstraremos que o relacionamento estabelecido entre a Fundação Ford e o Departamento de Estado, bem como com a Agência Central de Inteligência (CIA), constituiu-se em aspecto definidor e estruturante, ainda que secreto ou sigiloso, da atuação dessa organização filantrópica e destes órgãos de governo quanto a políticas de inteligência e propaganda. Reconstruiremos documentalmente a tessitura dos acordos tal como se deram no momento de seu estabelecimento, na emergência da Guerra Fria.

Palavras-chave: Guerra Fria; EUA; Fundação Ford; intelectuais.

Abstract: In this research paper, we will show that the relationship established between the Ford Foundation and the State Department, as well as with Central Intelligence Agency (CIA), was a defining and structural feature of this philanthropy and of these governmental bodies' actions, in their propaganda and information policies. We will demonstrate, through documentary evidences, the making of agreements among them in the era of Cold War outbreak, when they done their first ties.

Keywords: Cold War; USA; Ford Foundation; Intellectuals.

A Fundação Ford, nos relatos memoriais produzidos por seus integrantes, ou por trabalhos por ela financiados, costuma destacar a benevolência na sua trajetória institucional. Segundo Joel L. Fleishman – dirigente filantrópico norte-americano, e advogado especializado na questão da organização das fundações do mundo corporativo, essa virtude benevolente não apenas orientou as realizações filantrópicas em geral, como ajuda a explicar a história dos seus realizadores. Para ele, o filantropo é alguém que normalmente se comporta virtuosamente. Não apenas porque pratique a beneficência, mas porque porta as qualidades morais que o capacitam, na condução de suas atividades, a sempre agir como espécie de “expectador imparcial”³. O termo é uma invocação direta ao *A Teoria dos Sentimentos Morais* (1759), de Adam Smith: na leitura de Fleishman desse clássico da

¹ Este artigo é uma versão revista e alterada do capítulo 1 da minha tese de doutorado: *O Brasil e a recriação da questão racial no pós-guerra: um percurso através da história da Fundação Ford*. 165 f. Tese (Doutorado) – Departamento de História, FFLCH, USP, São Paulo, 2011.

² Historiador, membro do Grupo de Estudos sobre a Guerra Fria da Universidade de São Paulo. Pesquisa racismo, agendas culturais e intelectuais e direitos humanos.

³ Vide: FLEISHMAN, Joel L. *The Foundation: A Great American Secret. How Private Wealth is Changing the World*. New York: Public Affairs, 2007, p. 41.

filosofia moral, “espectador imparcial” é todo aquele capaz de combinar distanciamento pessoal e desprendimento pela coisa pública no exercício do poder. Estaria no enfrentamento do egoísmo, na própria consciência individual, a origem desse comportamento virtuoso. Nessa leitura das práticas públicas, a marca reconhecível do filantropo é a do desapego, mesmo nas circunstâncias em que interesses privados seus estão seriamente envolvidos⁴.

No estabelecimento de sua história institucional, a Fundação Ford segue análises como a produzida por Fleishman. Publicado em 1979, o balanço das atividades da Ford nas décadas de 1950, 1960 e 1970 dava destaque à centralidade que valores como o sentimento de altruísmo e principalmente a independência pública tinham como instrumentos da filantropia corporativa. Seu autor, o memorialista e funcionário desta fundação, Richard Magat, frisou que a isenção era um princípio da atuação do órgão, defendido em sua independência dos interesses partidários domésticos, das injunções da política externa norte-americana e da ingerência do presidente e acionistas da Ford Motor Company nos negócios da organização⁵.

No Brasil, alguns estudiosos da atuação da Fundação Ford produziram relatos sobre a história da Fundação em que se invocou o mesmo ethos memorialista. O sociólogo da USP, Sérgio Miceli, construiu em um livro publicado em 1993⁶, resultante de um seminário comemorativo dos 30 anos da Fundação Ford no Brasil, uma narrativa historiográfica que veio ao encontro dessas posições. Ele defendeu no seminário – igualando sua fala à do dirigente local da organização, Bradford Smith – que a atuação da Fundação Ford tinha por meta uma agenda eminentemente progressista. De acordo com Smith, o progressismo do órgão no Brasil estaria associado aos seus compromissos com certos objetivos estratégicos, como a elevação do nível de bem-estar da população, a construção de condições de sustentabilidade para o uso de recursos naturais, a extensão de direitos civis e sociais a todos os segmentos sociais, a modernização e democratização das esferas econômica e de governo e a compromissos de longa duração com a escolarização⁷. Miceli, que repetiu na ocasião também os argumentos já empregados por Magat, em 1979, para abordar a atuação global da Ford, disse que a Fundação comportava-se como “vanguarda do bem” na perseguição aos seus objetivos institucionais. Sérgio Miceli ilustrou esse ponto invocando o testemunho de um entrevistado ligado ao órgão no Brasil⁸:

⁴ Vide: FLEISHMAN, Joel L. Op., cit., p. 32.

⁵ Vide: MAGAT, Richard. *Ford Foundation at Work: Philanthropic Choices, Methods, and Styles*. New York: Plenum Press, 1979, p. 32, 84.

⁶ MICELI, Sérgio (coord.). *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré e FAPESP, 1993.

⁷ Cf.: SMITH, Bradford. Dedicacão a valores democráticos. In: MICELI, Sérgio (coord.). *A Fundação Ford no Brasil*. Op., cit, p. 13-4.

⁸ Foram entrevistados por Sérgio Miceli: Thomas E. Skidmore, historiador, consultor do escritório no Brasil; Craufurd D. W. Goodwin, ex-representante do programa de Questões Europeias e Internacionais da Ford; Thomas J. Trebat, economista, ex-diretor de programas da Ford para América Latina e Caribe; Frank Bonilla, ex-assessor de programas da Ford para a

[a] vanguarda do bem” emerge exatamente do funcionamento bem protegido, material e institucionalmente, de uma organização pujante a serviço (...) de “uma postura liberal, desinteressada, sem objetivos definidos, somente abrir caminhos, para que forças responsáveis, bem treinadas, com idéias claras, teóricas, sobre as possibilidades de reforma social, tenham condições de exercer um papel positivo⁹.

“Convergência dissidente” é a expressão utilizada por Sérgio Miceli para explicar que a atuação dessa “vanguarda do bem”, equilibrada entre o suporte a políticas de governo, nos EUA ou no Brasil, e o apoio a projetos esquerdistas considerados incômodos para os mesmos governos, não poderia ser definida por esses mesmos compromissos: nem com os governos, nem com beneficiários. Miceli buscou provar que não havia contradição nessa forma de atuação. A dissertação de mestrado de Mônica Herz¹⁰, historiadora e cientista política da PUC-Rio, na qual havia sido engendrada reflexão semelhante, serviria de arcabouço para a explicação sobre como a Fundação sustentou sua, assim definida, não-conformidade à política externa dos Estados Unidos, frente os laços por ela estabelecidos com agendas e redes diplomáticas do Departamento de Estado.

Estava na noção de “ator transnacional”, empregada por Herz para definir o modelo de operações da Ford no relacionamento com entes governamentais, a fonte para a avaliação de Sérgio Miceli de que a Fundação era a afirmação de uma “terceira via” entre beneficiários e governos. Daí sua capacidade de convergir e divergir com eles ao mesmo tempo em que afirmava seus próprios pressupostos de ação. Peter Bell – um dirigente da Fundação com experiência no escritório brasileiro nos anos 1960 – propôs essa noção de “ator transnacional” em 1971 para explicar que o modelo de operações empregado pela Fundação estava sustentado estruturalmente na defesa da liberdade de fidelidades políticas. Essa liberdade estaria consignada na sua agenda e estratégias de ação, que, radicalmente internacionalistas, a protegiam e projetavam para além de compromissos a governos ou políticas nacionais, inclusive as norte-americanas¹¹. Embora reconhecesse que a Fundação tivesse sido apoiada ou constrangida por governos nacionais, Mônica Herz defendeu que a chamada “liberdade de ação transnacional”, cultivada pela Ford em todo o mundo, aplicou-se também ao Brasil¹². Sua leitura é a de que convergências políticas e temáticas entre as agendas da Fundação e as

área de Ciências Sociais no Brasil (1967-72); e Peter D. Bell e William D. Carmichael, ex-diretores, entre 1967-8 e 1968-1970, do escritório da Fundação no país.

⁹ Cf.: MICELI, Sérgio. A aposta numa comunidade científica emergente. A Fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil, 1962-1992. In: MICELI, Sérgio (coord.). *A Fundação Ford no Brasil*. Idem, ibidem, p. 53.

¹⁰ Vide: HERZ, Mônica. *Política cultural externa e atores transnacionais: o caso da Fundação Ford no Brasil*. 162 f. Dissertação (Mestrado) – IUPERJ, Rio de Janeiro, maio de 1989.

¹¹ Cf.: BELL, Peter D. The Ford Foundation as a Transnational Actor. *International Organization*. Madison: University of Wisconsin Press, vol. 19, n. 3, 1971.

¹² Vide: HERZ, Mônica. Op., cit.

do governo norte-americano resultaram da coincidência entre posições ideológicas. Não teria havido tratativas políticas¹³.

Nada estranho que ao avançar esta argumentação Miceli enfatize a diferença entre os investimentos da Fundação Ford no Brasil, privilegiadamente nas disciplinas de Ciências Sociais, desde os anos 1960, e o renovado interesse de época da política externa norte-americana pelos intelectuais e pela vida cultural, universitária e política latino-americana:

Os interesses externos norte-americanos e a diplomacia responsável por gerenciá-los não constituem de modo algum um denominador explicativo ao qual se possa atribuir quer a direção quer o teor substantivo dos principais investimentos efetuados pela Fundação Ford na América Latina. Nem o incidente da Baía dos Porcos e a crise dos mísseis, nem o Projeto Camelot, nem a Diplomacia do Dólar no Caribe, nem quaisquer outras injunções da política externa norte-americana conseguem por si sós dar conta do envolvimento da Fundação Ford com intelectuais e cientistas latino-americanos¹⁴.

Teria sido a criação de canais particulares de divulgação e *networking* o que garantiu à Fundação Ford agir de maneira diferente e livre dos órgãos de política externa do governo norte-americano. Ela criara uma agenda própria de apologia internacional ao progresso e dos valores liberais e democráticos e também seus próprios canais de relacionamento, do aproveitamento dos novos instrumentos de comunicação e transportes que se expandiram no pós-guerra¹⁵. Acompanhando Mônica Herz nesse raciocínio, Sérgio Miceli defendeu algo mais: que a aceitação das agendas e posições da Fundação em públicos mais amplos que seu estrito segmento de beneficiários, para ela uma enorme conquista política, deveu-se ao fato do status estritamente privado da organização conferir ainda mais confiança às suas realizações. As organizações governamentais estariam por razões de Estado impossibilitadas de alcançarem o mesmo nível de transparência possível a uma fundação filantrópica, razão porque era justamente da “transparência” de órgão privado que a Ford pode estabelecer sua legitimidade como instituição¹⁶.

¹³ Vide: CHAVES, Wanderson. Democracia e bem-estar social segundo a militância liberal-democrata: o Relatório Gaither e a agenda de política internacional da Fundação Ford. *Oikos*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, vol. 8, n. 2, 2009, p. 239, nota 17.

¹⁴ Cf.: MICELI, Sérgio. A aposta numa comunidade científica emergente. A Fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil, 1962-1992. Idem, *ibidem*, p. 37. Miceli fez afirmação semelhante em trabalho anterior. Vide: MICELI, Sérgio. *A desilusão americana: relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Editora Sumaré, 1990, p. 19. Richard Magat, dando expressão à memória construída e assumida pela própria instituição e indo no sentido contrário ao da argumentação de Miceli, defendeu que estes investimentos da Fundação eram a resposta da Ford à resistência dos países da América Latina, durante os anos 1960, às políticas de modernização e mudança social dirigidas pelos Estados Unidos para a região. Cf.: MAGAT, Richard. Op., cit., p. 157.

¹⁵ Vide: HERZ, Mônica. Idem, *ibidem*, p. 23 e ss.

¹⁶ Cf.: MICELI, Sérgio. Idem, *ibidem*, p. 19.

A proposta deste trabalho vai de encontro a toda essa argumentação. Nosso propósito é demonstrar, por suposto, que o relacionamento estabelecido entre a Fundação Ford e o Departamento de Estado e também com a Agência Central de Inteligência (CIA) constituía-se como aspecto definidor e estruturante, ainda que secreto ou sigiloso, de sua atuação internacional. A compreensão das iniciativas desenvolvidas pela Fundação investigadas neste trabalho, portanto, passa pela avaliação dessa trama dos financiamentos, acordos, projetos e múltiplas relações e vínculos governamentais e não-governamentais por ela estabelecidos.

Os primeiros tempos da Fundação Ford

Para o jornalista e crítico literário Dwight McDonald, funcionário e consultor da Fundação no início dos anos 1950, era notável que a então maior instituição filantrópica do mundo tenha surgido duas décadas antes, emergencialmente, praticamente do dia pra noite, como produto imediato das leis de impostos¹⁷. Henry Ford, o fundador da Ford Motor Company, era adversário do chamado “evangelho da riqueza”, o chamamento ao investimento das grandes fortunas na renovação e sustentação de políticas sociais que Andrew Carnegie e John D. Rockefeller haviam transformado, desde o início do século XX, em um movimento de grandes consequências. Seus projetos de assistência humanitária, reforma urbana e apoio às artes estavam na origem das primeiras grandes fundações norte-americanas. Para Henry Ford, a esfera das políticas sociais estava restrita à universalização dos benefícios de uma cultura de consumo de massa e ao melhoramento das relações trabalhistas, através do paternalismo patronal. Nesse campo das chamadas “reformas sociais”, sua aposta era no próprio “fordismo”¹⁸.

Henry Ford era considerado, entre os aderentes ao *New Deal* nas esferas de governo e mundo dos negócios, um dos responsáveis pela crise bancária norte-americana de 1929. A lei de impostos de 1936, de autoria de Hans Morgenthau, o secretário do Tesouro, tinha entre seus objetivos emparedar, para exposição pública e fins de propaganda, alguns dos eminentes opositores das reformas que vinham ampliando a esfera social e econômica de intervenção do Estado na administração Franklin D. Roosevelt (1933-1945). Os presidentes da Ford e da General Motors eram os principais alvos da nova alíquota dos impostos de renda e herança, que havia elevado para 70% o valor a ser pago por patrimônio ou renda superior a cinquenta milhões de dólares¹⁹. Mirando as isenções fiscais, durante o

¹⁷ Cf.: MACDONALD, Dwight. *The Ford Foundation: The Men and the Millions*. New York: Reynal & Company, 1956, p. 42.

¹⁸ Cf.: RAYNOR, Gregory K. *Engineering Social Reform: The Rise of Ford Foundation and Cold War Liberalism, 1908-1959*. 398 f. Tese (Doutorado) – Graduate School of Arts and Science, New York University, New York, 2000, p. 4-41.

¹⁹ Em valores atualizados de 2011, o equivalente entre 669 milhões e 10,3 bilhões de dólares. Vide os seis índices de conversão do dólar disponíveis em <http://www.measuringworth.com/uscompare/> (com acesso em 5 de novembro de 2012).

ano de 1936, 90% das ações da Ford Motor Company foram transferidas para o caixa de um fundo filantrópico familiar, a Fundação Ford, que se estabeleceria, em razão dessa medida contábil, com o status de proprietária real das empresas e negócios da família²⁰.

A Fundação não aderiu aos pressupostos do “evangelho da riqueza” enquanto Henry Ford esteve vivo²¹. Utilizada principalmente para transferir ações e recapitalizar os caixas da Ford Motor Company, a Fundação, com a caridade a instituições médicas da região de Detroit, realizou gastos mínimos em seus dez primeiros anos. Nunca mais que um milhão de dólares anuais. Com os preparativos legislativos para uma nova lei de impostos, em 1947, a família Ford voltava ao foco, já que a reforma tributária pretendia redefinir o status de organização filantrópica, e as isenções fiscais decorrentes, pela proporção de recursos gastos. O herdeiro, o neto Henry Ford II, passou a ser pressionado pela Casa Branca e *establishment* das grandes fundações a estabelecer uma agenda de gastos que justificasse os benefícios tributários e lhes permitisse pressionar por uma lei mais favorável às grandes corporações e suas “organizações sem fins lucrativos”²².

As pressões eram para que a Ford aderisse plenamente ao “evangelho da riqueza”, por isso entendendo-se um modo particular de realização da filantropia e relacionamento com o governo dos Estados Unidos e com a chamada sociedade civil. Primeiramente, critérios de gestão deveriam eliminar o aspecto puramente caritativo da atividade. Gestora de um empreendimento capitalista, a filantropia observaria princípios de mercado na captação, aplicação e reprodução dos ativos financeiros que normalmente compunham os recursos de suas fundações. Os requisitos da sustentabilidade também seriam avaliados entre os retornos econômicos e extra-econômicos das iniciativas de fomento, tendo em vista a função construída e assumida pelo *mainstream* filantrópico com a lei de impostos de 1936: agindo de forma privada, ser um parceiro governamental na modelagem da vida pública²³.

Em 1948, Henry Ford II respondeu às pressões, atitude que lhe assegurou a não intervenção legal nos negócios da família. Convocou um grupo de estudos para formulação de um esboço geral de atividades para a Fundação e concedeu dotação milionária a um órgão de desenvolvimento de tecnologia militar do esforço de guerra, a Rand Corporation, para seu estabelecimento como organização privada de caráter permanente, sinalizando com estas ações que estava assumindo o papel de uma grande fundação: a de conscientemente, sem publicidade, e como parceira dos

²⁰ Vide: RAYNOR, Gregory K. Op., cit., p. 47-8, 57. SUTTON, Francis X. The Ford Foundation: The Early Years. *Daedalus*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, vol. 116, n. 1, 1987, p. 42-3.

²¹ Falecera em 1947.

²² Vide: RAYNOR, Gregory K. Idem, ibidem, p. 58, 63-4.

²³ Cf.: ZUNZ, Olivier. *Philanthropy in America: A History*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2012, Introduction e caps. 2-3.

governos, o de mobilizar seus recursos para influir politicamente como organização de vanguarda liberal²⁴.

O processo de estruturação da Fundação iniciou-se sob a orientação de Ernest Kanzler. Antigo amigo de Edsel Ford²⁵ e ex-alto funcionário da Ford Motor Company, ele foi o responsável por nomear curador o decano da Harvard Business School, Donald K. David, bem como, também, o presidente do Massachusetts Institute of Technology (MIT) e conselheiro da Fundação Rockefeller, Karl T. Compton. Primeiros membros do conselho de administração da Fundação externos à família Ford, os dois detinham qualidades que se tornaram item da política de nomeação de diretores e altos funcionários. Egressos do Committee for Economic Development (CED)²⁶ e de conselhos consultivos do U. S. War Department, seu trabalho durante a guerra era o de atuarem como pontes de ligação entre indústria armamentista e centros de pesquisa universitária. Enraizados no mundo das elites norte-americanas, atuavam nos ambientes acadêmico, governamental, não-governamental e empresarial²⁷.

Estes dois conheceram o jovem advogado H. Rowan Gaither Jr., justamente nessa rede de contatos entre o *mainstream*. Ex-diretor assistente do Laboratório de Radiação do MIT, ex-consultor do National Defense Research Council e então presidente da Rand Corporation, Gaither Jr., foi contratado por Henry Ford II para a coordenação dos trabalhos de elaboração do projeto executivo da Fundação após a intermediação de David e Compton. Da contratação, esperava-se incisivamente de Gaither Jr., que elaborasse uma agenda de atuação doméstica e internacional bem definida, em orientação aos investimentos dos enormes recursos futuramente gastos em cumprimento à legislação tributária, e que essa agenda ajudasse a consolidar a Ford como parte da grande filantropia²⁸.

Arregimentando para os quadros de sua equipe principalmente contatos dos serviços de informação e órgãos do esforço de guerra, a maioria presidentes de universidades, diretores de instituições acadêmicas e chefes de órgãos de classe, Gaither Jr., esperava obter entre as elites profissionais norte-americanas uma avaliação da proposta de internacionalização das atividades da Fundação Ford, um diagnóstico de quais seriam os impactos desse movimento nas relações internacionais e assuntos do governo norte-americano e sugestões de quais deveriam ser os compromissos da agenda de longa duração do órgão. As equipes, formadas por área de conhecimento

²⁴ Vide: Cf.: ZUNZ, Olivier. Op., cit. RAYNOR, Gregory K. Idem, ibidem, p. 71, 80. SUTTON, Francis X. Idem, ibidem, p. 43, 52-3. REEVES, Thomas C. An Inquiry into the Origins of the Fund for Republic. *Pacific Historical Review*. Berkeley: University of California Press, vol. 34, n. 2, 1965, p. 198-9.

²⁵ Filho de Henry Ford, falecido em 1943.

²⁶ Órgão consultivo de pesquisa econômica. Vinculado a interesses de grandes homens de negócios, o comitê exerceu como grupo de *lobby* forte pressão diplomática pela liberalização do comércio internacional no pós-guerra. Suas atividades de planejamento de política econômica estão na origem e consolidação de órgãos como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

²⁷ Vide: RAYNOR, Gregory K. Idem, ibidem, p. 89-92. SUTTON, Francis X. Idem, ibidem, p. 46.

²⁸ Cf.: SCHRUM, Ethan. *Administering American Modernity: The Instrumental University in the Postwar United States*. 281 f. Tese (Doutorado) – University of Pennsylvania, Philadelphia, 2009, p. 54-5.

– economia, humanidades, medicina, ciências naturais, ciências sociais, ciência política e educação, consultaram centenas de lideranças do governo, academia, negócios, jornais, publicidade, forças armadas, sindicatos, partidos e filantropia corporativa, e registraram no *survey* algumas das importantes questões então disputadas na execução da nova agenda internacional dos Estados Unidos²⁹.

A expectativa dos indivíduos e instituições consultadas – mantidas anônimas nos relatórios da equipe de Gaither Jr. – era de que a Fundação Ford utilizasse seu imenso potencial de recursos e influência para engajar-se nos enfrentamentos entre “mundo livre” e mundo comunista. Os detalhes sobre como fazê-lo foram muito disputados, mas sobressaía a avaliação de que a defesa doméstica do isolacionismo do país em política internacional era uma das primeiras questões a ser vencida, e que a Fundação deveria intervir na modificação dessa posição, nos Estados Unidos e fora dele³⁰.

Já os dirigentes filantrópicos, estes devidamente identificados nos relatórios³¹, foram consultados principalmente para propor um modelo de operações para a Fundação Ford, além de orientação teórica e executiva. Emergiram desse grupo de representantes de fundações duas recomendações principais. Primeiramente, a de que se ampliasse o conselho de administração para além do círculo ainda familiar de curadores, todos ligados à Ford Motor Company. Essa sugestão não se tornou uma meta institucional até os anos 1970. Até lá, a Fundação manteve um conselho híbrido, com prevalência de acionistas da Ford. Em segundo lugar, propôs-se que se construísse um modelo executivo que não replicasse as esferas de atuação das grandes fundações existentes, particularmente Carnegie e Rockefeller, nem os erros atribuídos à forma de atuação delas. Esperava-se que a Fundação estabelecesse programas temáticos, para não incorrer no que se considerava ser a problemática divisão disciplinar de áreas de atuação da Fundação Rockefeller. Sugestão que veio a ser acatada, com a orientação interdisciplinar do órgão para preocupações das ciências sociais aplicadas. Também se esperava que Fundação Ford, contrariamente à estratégia assumida pela Carnegie Corporation, evitasse o desmembramento da organização em órgãos autárquicos, semi-independentes. Medida que não seria seguida ao menos até os anos 1970: desde o primeiro presidente, Paul G. Hoffman, inclusive como expressão do forte antagonismo entre grupos de poder, e da resistência principalmente de Henry Ford II para que dos conflitos não resultasse o desmembramento formal³², que

²⁹ Cf.: GAITHER, H. Rowan, Jr. (ed.). *Report of the Study for the Ford Foundation on Policy and Program*. Detroit: Ford Foundation, 1950, p. 11-3.

³⁰ Vide: RAYNOR, Gregory K. Idem, *ibidem*, p. 93-4, 99. SUTTON, Francis X. Idem, *ibidem*, p. 46-7.

³¹ Foram consultados no *survey* os conselheiros e diretores das grandes fundações norte-americanas: Fundação Rockefeller, Yale Corporation, Carnegie Corporation, Sloan Foundation, Laura Spelman Rockefeller Memorial Fund, Rosenwald Fund, Carnegie Endowment for International Peace, Milbank Memorial Fund, Commonwealth Fund, Social Science Research Council e Russel Sage Foundation, dentre as principais.

³² Segundo o testemunho de importantes ex-funcionários da Fundação, como Wilbur H. Ferry, assessor de imprensa de Henry Ford II nos anos 1950, e Shepard Stone e Waldemar A. Nielsen, diretor e assessor, respectivamente, da divisão de

a Fundação acomodou à sua atuação, como entidades independentes na execução de seus projetos, a existência de vários fundos semi-autônomos³³.

O registro dessas demandas à Fundação Ford, feito pela equipe de Gaither Jr., em meio às crescentes tensões na Coréia e à divulgação da posse de tecnologia nuclear pela União Soviética, foi também diretamente tocado pelo ativismo público e governamental da Casa Branca, que, em aprofundamento aos confrontos da chamada Guerra Fria, vinha lançando seguidamente programas e normas de reorientação política e princípios de governo e política externa: a Doutrina Truman, em 1947; o Programa Ponto Quatro, em 1949; e o documento NSC 68 e a Campanha da Verdade, em 1950. Importantes referências para a redação da carta programática elaborada por Gaither Jr., essas novas orientações políticas também forneceram princípios para a interpretação e aplicação das determinações dessa carta pela Fundação Ford no futuro.

O Relatório Gaither, a boa vida e as ciências sociais

Conhecida como Relatório Gaither, a carta programática assumida pela Fundação Ford em setembro de 1950 registrava em seu texto de redação árida e sem nuances as tensões e perigos que o *establishment* norte-americano associou àquele momento de afirmação internacional dos Estados Unidos e emergência da Guerra Fria. Duas preocupações se destacavam por seu teor explícito: o temor quanto a uma guerra nuclear, e o medo de que os chamados conflitos “intergrupais” se transformassem em enfrentamentos e guerras “raciais”. Na raiz da segunda preocupação estava a “Questão Racial” nos próprios Estados Unidos e as tensões internacionais que Gaither Jr. verificava na reorganização das fronteiras geopolíticas no pós-guerra. O colonialismo e os antagonismos em torno das múltiplas propostas de descolonização vinham agravar ainda mais esta dupla questão do temor da guerra e das ameaças representadas pelo racismo³⁴.

Gaither Jr. estabeleceu no Relatório a sugestão do comitê de estudos, incorporada pela Fundação Ford, de que a organização buscasse afirmar-se institucionalmente por meio do apoio às Ciências Sociais, e das atividades de patrocínio à área, realizar a instrumentalização das suas disciplinas para afirmação da “paz internacional” e do “bem-estar social”, as metas da sua nova forma de atuação. Da afirmação dessas metas, apontava-se para a necessidade de se construir as condições de segurança de um ambiente de paz internacional duradoura, o que, nos termos da carta

Assuntos Internacionais da Fundação Ford. Vide: Rockefeller Archive Center. Ford Foundation Records. Oral History Project. Series IV: Transcripts. Boxes 1-3.

³³ Cf.: RAYNOR, Gregory K. *Idem*, *ibidem*, p. 111-3.

³⁴ Vide: RAYNOR, Gregory K. *Idem*, *ibidem*, p. 100.

programática, significava extirpar do ambiente internacional as ameaças totalitárias de esquerda e de direita e as formas de atuação política beligerante, não-democráticas.

Estava pressuposto que era missão institucional instigar parceiros e beneficiários a construir essas condições de segurança, mas desde que no sentido da proposta de civilização e boa sociedade da própria organização. Essa proposta da Fundação, apresentada como pauta para o debate dos princípios humanos básicos de “segurança”, dispunha uma ideia conceitual e programática de “boa vida”, da qual constavam certos itens necessários: o gozo de liberdades políticas, a posse de segurança civil e militar, a libertação da miséria, o acesso a instrumentos de ilustração e entretenimento, e a fundação de barreiras, no processo civilizatório, ao uso de violência na resolução de conflitos³⁵.

Julgava-se que investimentos em instituições, novas teorias, canais de publicação e formação de pessoal e elites profissionais em Ciências Sociais viriam fornecer os instrumentos necessários para universalizar o “bem-estar”, desta forma neutralizando a ameaça real aos fundamentos da “boa vida” representado por aqueles que se mantinham excluídos dela. A imagem modelar do pleno desenvolvimento humano era representado na vida vivida pela sociedade norte-americana ascendente. Daí, essa estratégia privilegiar como universo de intervenção, medidos pela distância desse estilo de vida, as “minorias” nacionais e os habitantes das regiões “atrasadas” do planeta, por oposição, a expressão da incivilidade e da turbulência consideradas destrutivas para a paz e a segurança³⁶.

Esse projeto de intervenção consolidava algumas posições, defendidas como convicção pela Fundação e pelos seus consultores: que a pobreza era o repositório e o principal estímulo das formas autoritárias de vida política; que o “progresso econômico” era a expressão ampla e acabada do amadurecimento das sociedades, no sentido das metas de “bem-estar”; e que as Ciências Sociais, por serem avaliados bons instrumentos de interpretação da pobreza, deveriam ser também o suporte técnico na tarefa de resolução dos seus vários males, não apenas os econômicos. Fundamentalmente, esperava-se que a emergência de uma esfera pública plena se desse apenas com a existência de “paz social”, entendida por eles como um requisito social estrutural e um pré-requisito democrático. A avaliação era a de que a força de sociedades como a norte-americana, vinha do fato de que o fim da pobreza trouxera com ela a estabilidade social e a segurança, que teriam permitido o florescimento da democracia.

A proposta da Fundação, para alcançar neste sentido as metas da “boa sociedade”, era a formação de quadros e sua mobilização para propaganda e debate: educar elites intelectuais que, identificadas à proposta norte-americana de defesa da livre concorrência, igualdade de oportunidades e

³⁵ Vide: GAITHER, H. Rowan, Jr. (ed.). Op., cit., p. 17-24.

³⁶ Vide: RAYNOR, Gregory K. Idem, ibidem, p.109.

elevação dos padrões de vida como agenda democrática, tivessem potencial para interferir nas dinâmicas universitárias, econômicas e governamentais. Dessa participação, esperava-se a atualização dos cidadãos no debate dessa emergente proposta de modernização voltada aos “pobres”, para daí aplicá-las em suas próprias sociedades³⁷.

O Relatório Gaither sugeriu que a Fundação Ford, dada a prioridade que ela atribuía ao desenvolvimento da capacidade econômica, se ligasse à Casa Branca e ao seu órgão de política externa, o Departamento de Estado – que eram os principais fiadores dessa proposta política – para identificação de áreas de interesse comum, divisão de tarefas em uma agenda compartilhada e fornecimento de apoio a governos e organizações que estivessem impossibilitados, por razões políticas, de se apresentarem publicamente em defesa dessa proposta para o “bem-estar”.

A Fundação julgava poder atuar como fiel procuradora em duas áreas consideradas de interesse imediato do governo norte-americano e que estariam demandando ações urgentes: na construção de uma agenda de propaganda, voltada a esclarecer o público norte-americano e comunidade internacional da posição do governo dos Estados Unidos no embate ao “inimigo totalitário soviético”; e no estabelecimento de um modelo de operações para as atividades de inteligência, para permitir aos operadores da política externa a obtenção, através da Fundação Ford, de informações indisponíveis nos canais diplomáticos³⁸.

Essas preocupações com ações de propaganda e de captação de dados de informação seriam incorporadas às atividades regulares de dois dos cinco programas temáticos originais da Fundação Ford: o “Estabelecimento da paz”, depois de 1953, simplesmente “Desenvolvimento Internacional”, e que passou a concentrar a maioria dos trabalhos da Fundação no exterior; e o “Fortalecimento da democracia”, após 1953, apenas “Relações Públicas”, com programas voltados a problemas da sociedade norte-americana, especialmente aquelas com repercussão internacional³⁹.

Estipulou-se no Relatório Gaither que o programa dedicado ao “estabelecimento da paz” tratasse especificamente da contribuição da Fundação às demandas do Departamento de Estado. Deveriam ser três os principais esforços da Fundação nessa estratégia de colaboração: fornecer informações de ultramar ao segmento executivo do governo para liberar as ações dele das limitações legislativas, jurídicas e da política doméstica norte-americana⁴⁰; orientar os membros dos comitês executivos das Nações Unidas e de organismos internacionais, e através deles, os países filiados a

³⁷ Vide: GAITHER, H. Rowan, Jr. (ed.). *Idem, ibidem*, p. 28-30, 38, 43-48.

³⁸ Vide: GAITHER, H. Rowan, Jr. (ed.). *Idem, ibidem*, p. 31-3.

³⁹ Cf.: GAITHER, H. Rowan, Jr. (ed.). *Idem, ibidem*, p. 53-69. FORD FOUNDATION. *Annual Report for 1953*. New York: Ford Foundation, 1953, p. 26-45.

⁴⁰ Este programa não era o único a prever atividades de informação sobre áreas externas. Um dos critérios sugeridos pelo Relatório para se definir a concessão de recursos para pesquisa acadêmica, especialmente a de campo, era justamente o potencial dela para a produção de informação sensível para questões do interesse do governo norte-americano. Vide: GAITHER, H. Rowan, Jr. (ed.). *Idem, ibidem*, p. 62-9.

estas instituições, na direção da aliança militar liderada pelos Estados Unidos em questões militares e de segurança; e estabelecer uma agenda de longa-duração de formação e treinamento de elites políticas para as áreas “não-desenvolvidas” do mundo, para que pudessem vir compor futuramente os quadros executivos nacionais e internacionais⁴¹.

Prevendo ações domésticas e externas, o programa “o Fortalecimento da democracia” seria dedicado a um amplo plano de formação cívica das massas. Almejava-se nele a participação da academia e universidades: quer no trabalho conceitual como no de construção de conteúdo publicitário para amparar o esforço de divulgação das visões do governo dos Estados Unidos sobre a democracia. A Casa Branca esperava que o público internacional modificasse suas imagens negativas da proposta democrática dos EUA, e certos temas afetavam especialmente esse esforço de convencimento.

Essa fragilidade estaria bastante exposta na chamada “Questão Negra”, para a qual as atividades desse programa vieram propor uma reconstrução. Propunha-se que os conflitos raciais, abordados na literatura como um drama das tensões sociais norte-americanas, fossem retrabalhados, especialmente academicamente, para serem apresentados e divulgados como uma expressão saudável de aperfeiçoamento da esfera pública nacional e daí, do potencial da sua filosofia democrática⁴².

Conversações entre representantes da Fundação, do Departamento de Estado e da CIA para a construção de estratégias de cooperação estabeleceram-se imediatamente após a aprovação do Relatório Gaither como plano de ações da Fundação Ford, em fins de 1950. As tratativas para definir a inserção e relacionamento da Fundação com o circuito diplomático e de inteligência inseriam-se em um debate, fundamental por essa época nestes dois órgãos de governo, sobre qual deveria ser a importância dos meios secretos na execução de suas políticas e se era importante promover alguma diferenciação entre o que seriam atividades de informação e as de propaganda. A proposta que vinha ganhando força através dos serviços secretos era de se romper essa relação de oposição entre as duas atividades⁴³.

Para quem defendia a separação entre as atividades, a propaganda era um recurso negativo e problemático, já que personificaria as próprias estratégias soviéticas: se a verdade estava na informação, ali mantida como princípio de construção e veiculação, na propaganda estaria a “ideologia”. A realização dela como propaganda pressuporia certo desprezo pela identidade com a “verdade” e um esforço de instrumentalização dessa “mentira” para fins políticos.

⁴¹ Vide: GAITHER, H. Rowan, Jr. (ed.). *Idem*, *ibidem*, p. 52-61.

⁴² Vide: GAITHER, H. Rowan, Jr. (ed.). *Idem*, *ibidem*, p. 62-9.

⁴³ Vide o histórico de reconstrução dos serviços diplomáticos, secretos e de informação dos Estados Unidos no pós-guerra produzido pelo historiador Edward P. Lilly, em *The Development of American Psychological Operations, 1945-1951*. Washington D.C., Junta de Estratégia Psicológica, 19 de dezembro de 1951, *passim*. In: National Archives and Records Administration (de agora em diante, apenas NARA). General CIA Records. CREST: 25-Year Program Archive.

O estabelecimento da noção de “guerra total” como princípio de atuação de serviços secretos – como o Office of Strategic Services (OSS), criado para superar deficiências dos serviços de inteligência militares durante a Segunda Guerra – tornaria essa distinção de valor apenas um postulado de razão instrumental⁴⁴. Na construção de estratégias chamadas de “totais”, que articulassem de modo complexo os eventos militares, políticos e econômicos da guerra, órgãos como a OSS fundiram informação e propaganda para servirem de veículo às atividades “psicológicas”. Sua função era a de gerar no público respostas políticas desejáveis, sendo a informação aquele dado programado para conter “maior proporção de verdade”, e a propaganda, aquele com maior “abertura à interpretação” pelos receptores. A revelação da distinção entre as duas formas de discurso era difícil, já que a “opacidade” das fontes das narrativas era um critério da sua própria produção: quanto mais inescrutáveis seus fundamentos de “verdade”, maior supunha-se sua “veracidade” e eficácia⁴⁵.

Essa forma de construção e realização de discurso foi incorporada ao funcionamento das operações dos órgãos de política externa dos Estados Unidos durante a administração Harry S. Truman (1945-53), sob a forma renovada de “guerra psicológica”. Essa proposta de guerra, voltada a ações de combate a inimigos internos e externos, assimilou às suas ações organizações como a Fundação Ford entre seus parceiros. Sua missão particular era a de contribuir com suas atividades nessa zona velada e “cinzenta”, caracteristicamente situada entre a produção de informação e o esforço de propaganda⁴⁶.

A Fundação Ford e o Departamento de Estado

Paul G. Hoffman, o primeiro presidente da Fundação, não havia sido a primeira opção do conselho de curadores, cuja preferência era então o diretor-proprietário da Columbia Broadcasting System (CBS), Frank Stanton. Com o fracasso da abordagem, os principais protagonistas do processo de seleção, Henry Ford II e Donald K. David, voltaram-se para Hoffman, o executivo licenciado da Studebaker Corporation que era então administrador-chefe da Economic Cooperation Administration (ECA), o Plano Marshall na Europa. Hoffman não foi abordado diretamente, mas através de William Benton, senador do Partido Democrata, secretário-assistente de Estado, e editor-chefe da Enciclopédia

⁴⁴ Cf.: GREMION, Pierre. The Partnership between the Ford Foundation and the Congress for Cultural Freedom in Europe. In: GEMELLI, Giuliana (ed.). *The Ford Foundation and Europe (1950's-1970's). Cross-fertilization of Learning in Social Science and Management*. Brussels: European Interuniversity Press, 1998, p. 140.

⁴⁵ Cf.: Relatório do Assistente Especial ao Presidente, Nelson A. Rockefeller, apenso ao memorando do secretário-executivo do Conselho de Segurança Nacional, James S. Lay, Jr., de 27 de dezembro de 1955, p. 4. In: NARA. RG 59: Department of State. Policy Planning Council (1961-1969). Series: Subject Files, compiled 1954-1962. Box: 95. Vide também: LILLY, Edward P. *The Development of American Psychological Operations, 1945-1951*. Op., cit., p. 9-10.

⁴⁶ Cf.: GREMION, Pierre. Op., cit., p. 137 e ss., especialmente p. 139-144.

Britânica, que, como Donald K. David e o próprio Paul G. Hoffman, era integrante do Committee for Economic Development (CED)⁴⁷.

Os primeiros convites foram feitos no final de 1949, mas Paul G. Hoffman não aceitou a presidência de imediato, aguardando, por um ano, que várias exigências suas fossem atendidas. Ele pedia autonomia para dar livre interpretação ao Relatório Gaither, para nomear assessores e funcionários, para empossar como diretor-associado Robert Maynard Hutchins, ex-reitor da Universidade de Chicago conhecido pelo difícil trato, para não abandonar o Plano Marshall e não manter escritório fixo até janeiro de 1951, e para poder estabelecer em Pasadena, Los Angeles, a sede de seu gabinete. Hoffman foi eleito em dezembro de 1950 e empossado em 1 de janeiro de 1951 tendo suas exigências aceitas, mas teve de se afastar da direção do Plano Marshall⁴⁸.

Na presidência da Fundação, Hoffman cercou-se de muitos ex-funcionários do Plano Marshall. A maioria dos nomeados partilhava com o novo chefe também a orientação internacionalista e liberal, uma identificação intelectual com a Universidade de Chicago e conexões políticas com o Partido Republicano. Seu círculo mais íntimo seria formado por Hutchins e por novos diretores como Milton Katz, especialista em direito internacional da Universidade de Harvard, e ex-embaixador europeu para o Plano Marshall; Chester C. Davis, diretor do Federal Reserve Bank de Saint Louis, membro do comitê de pesquisa do CED, e ex-assessor de Hoffman no Plano Marshall; e por Joseph M. McDaniel Jr., decano da Kellogg School of Management da Northwestern University, e ex-assessor de Hoffman no Plano Marshall, nomeado seu assistente especial⁴⁹.

Paul G. Hoffman foi convidado pouco após sua posse a participar de uma conferência convocada pelo Departamento de Estado para abril de 1951. Pretendia-se, com a conferência, debater entre diplomatas e outros diretores-executivos de grandes fundações dos Estados Unidos, como dar melhor aproveitamento para as informações disponíveis sobre a política externa do país e sobre áreas externas. O propósito era estabelecer formas para ampliar o esclarecimento da população doméstica e do exterior sobre o novo papel do país nas relações internacionais. Realizada na sede do Departamento de Estado, em Washington, entre os dias 18 e 19 daquele mês, a conferência contou com a presença de vinte e quatro dirigentes de grandes fundações⁵⁰. Chester C. Davis foi o representante da Fundação Ford no evento⁵¹.

⁴⁷ Vide: RAYNOR, Gregory K. Idem, *ibidem*, p. 177-9.

⁴⁸ Vide: RAYNOR, Gregory K. Idem, *ibidem*, p. 189. SUTTON, Francis X. Idem, *ibidem*, p. 53. REEVES, Thomas C. Idem, *ibidem*, p. 199-200. FORD FOUNDATION. *Annual Report for 1951*. New York: Ford Foundation, 1951, p. 6.

⁴⁹ H. Rowan Gaither Jr., que se tornaria o próximo presidente da Fundação, também fora nomeado diretor, mas como indicação de Henry Ford II e contra a resistência de Paul G. Hoffman. Vide: SCHRUM, Ethan. Op., cit., p. 56. RAYNOR, Gregory K. Idem, *ibidem*, p. 202.

⁵⁰ Participaram da conferência, além de Chester C. Davis: Harvey H. Bundy, da World Peace Foundation; Paul J. Braisted, da Edward W. Hazen Foundation; Oliver C. Carmichael, da Carnegie Foundation for the Advancement of Teaching; Evans Clark, da Twentieth Century Fund; Chester I. Barnard e C. Burton Fahs, da Rockefeller Foundation; Julie d'Estournelles, da

Chamada de Conferência com as Grandes Fundações, o evento era a culminância de encontros e tratativas menores e mais informais entre grandes dirigentes filantrópicos e membros do Departamento de Estado. Vinham sendo realizadas regularmente desde a proclamação da Doutrina Truman, em 1947, para tratar do agenciamento das fundações em políticas de governo e para avaliar a posição delas sobre a formulação e execução governamental das estratégias de política externa. Essa dinâmica de interlocução entre diplomacia e filantropia foi depois definida e refinada em atos específicos de governo, como o Smith-Mundt Act, o Programa Ponto Quatro, a Campanha da Verdade e o documento NSC 68. Inauguradas ao longo dos três anos seguintes, estas ações, que promoveram maior articulação entre fundações e governo, serviram à implantação de aspectos particulares da fórmula diplomática proclamada por Harry S. Truman.

A Doutrina Truman, lançada pelo próprio presidente em sessão conjunta do Congresso dos Estados Unidos, em 12 de março de 1947, estabeleceu a sustentação pelo governo norte-americano de uma política de defesa planetária, dirigida à contenção dos movimentos militares soviéticos e às suas ações de conquista de aliados entre nações independentes ou alinhadas aos Estados Unidos⁵². Além disso, a Doutrina também dispunha sobre a criação de uma política de propaganda externa para divulgação dos valores do estilo de vida norte-americano. A tentativa era a de que o público internacional fosse capaz de reconhecer a sociedade norte-americana em atributos e valores como a abundância material, o consumo, a tecnologia, a liberdade individual e a democracia política. O Departamento de Estado visava especialmente as fundações para a função de parceria teórica e executiva: com o planejamento de medidas de assistência técnica, econômica e militar externa, o governo pretendia alavancar nessa parceria as medidas ideológicas, não apenas as militares previstas nessa ofensiva⁵³.

Woodrow Wilson Foundation; Marshall Field e Maxwell Hahn, da Field Foundation; Perrin C. Galpin, da Grant Foundation; John Gardner, da Carnegie Corporation of New York; Clyde V. Kiser, do Milbank Memorial Fund; Edward C. Miller, da Near East Foundation; Emory W. Morris, da W. K. Kellogg Foundation; William Raitzel, da Brookings Institution; John D. Rockefeller III, do Rockefeller Brothers Fund; Frank Fremont-Smith, da Josiah Macy, Jr., Foundation; Philip Talbot, do Phelps Stokes Fund; Howard E. Wilson, da Carnegie Endowment for International Peace; E. K. Wickman, do Commonwealth Fund; e Arnold J. Zurcher, da Alfred P. Sloan Foundation. Vide: Minutas de discussão "Consultive Conference with Representatives of Foundations on Problems of Information and Education on Foreign Affairs". Washington, D.C, Department of State, 18-19 de abril de 1951. In: NARA. RG 59: Department of State. Office of the Assistant Secretary for Public Affairs. Public Services Division. (1953 - ca. 1959). Series: Records Relating to Conferences and Meetings. Box 140.

⁵¹ Para a documentação dos preparativos da conferência, ver especialmente: carta de Bernard L. Gladieux [Fundação Ford] para Dean Acheson [secretário-de-Estado], de 9 de abril de 1951; carta de Francis H. Russel [diretor do Escritório de Relações Públicas: Departamento de Estado] para John Howard [Fundação Ford], de 10 de abril de 1951; e carta de Viola K. Pedersen [secretária de Paul G. Hoffman], para Dean Acheson, sem data. In: NARA. RG 59: Department of State. Office of Public Affairs. Division of Public Liaison (12/12/1944-1953). Series: Subject Files of the Chief, compiled 1945-1951. Box 126.

⁵² Os dispositivos de caráter militar estabelecidos na Doutrina Truman foram inaugurados naquele mesmo ano na intervenção norte-americana na guerra civil da Grécia.

⁵³ Cf.: BU, Liping. Educational Exchange and Cultural Diplomacy in the Cold War. *Journal of American Studies*. Cambridge/UK: Cambridge University Press, vol. 33, n. 3, 1999, p. 400-5.

Essa articulação entre diplomacia e organizações não-governamentais ganhou ímpeto a partir de 1948, com a promulgação do Smith-Mundt Act, momento em que se determinou que quaisquer atividades culturais e educacionais fossem unidas às de informação nas políticas oficiais de disseminação e captação de dados de inteligência sobre os Estados Unidos realizadas no exterior⁵⁴. A Casa Branca esperava poder ampliar com nova a lei o conhecimento sobre as áreas alcançadas pelos interesses estratégicos dos órgãos do governo norte-americano e obter uma melhor avaliação da recepção da propaganda dirigida ao público externo pelo Departamento de Estado e instituições não-governamentais. Reconhecia-se abertamente que a lei representava uma oportunidade para alavancar fundações e órgãos internacionais como veículos dos programas de assistência técnica dos EUA⁵⁵.

O Departamento de Estado dirigiu a estas organizações, nas conversações preparatórias para a Conferência com Grandes Fundações de abril de 1951, frequentes apelos para que exercessem mais profundamente essas funções externas. No encontro com os presidentes da Carnegie Foundation for the Advancement of Teaching, da Carnegie Corporation, do Milbank Memorial Fund e das fundações Rockefeller, Ford e Russel Sage, realizado em 16 de dezembro de 1950, em Washington D.C., o representante do Departamento de Estado demandou destes dirigentes filantrópicos justamente que participassem no resgate a programas externos do governo, avaliados como ameaçados de fracasso por falhas estratégicas e limitações nas possibilidades de ação executiva da parte da diplomacia. Discutiu-se na ocasião alternativas para a execução de programas de governo como o Ponto Quatro⁵⁶.

O Programa Ponto Quatro, lançado por Truman no Congresso dos Estados Unidos, em janeiro de 1949, em sessão solene de inauguração do seu segundo mandato presidencial, constituía uma reafirmação dos atos presidenciais prévios, como o Smith-Mundt Act e a Doutrina Truman, em que havia se estabelecido a assistência técnica e o intercâmbio cultural e educacional como instrumentos de política externa. Sua função como programa era a de permitir ao governo norte-americano estabelecer internacionalmente uma posição mais “afirmativa”, já que, segundo demonstrava o seu monitoramento regular da chamada “opinião pública internacional”, suas iniciativas eram vistas como reativas, voltadas apenas à defesa contra o movimento de expansão e busca de hegemonia política

⁵⁴ Cf.: U.S. CODE COLLECTION. United States Information and Educational Exchange Programs. In: <http://www4.law.cornell.edu/uscode/html/uscode22/uscode22.usc.sup.01.22.10.18.html>, acessado em 28 de outubro de 2008.

⁵⁵ Cf.: UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. *Foreign Relations of the United States, 1949. National Security Affairs, Foreign Economic Policy, Volume I*. Washington D.C.: U.S. Government Printing Office, 1976, p. 760-4.

⁵⁶ Demandou-se dos dirigentes filantrópicos que colaborassem em projetos de intercâmbio, assistência técnica e captação de informação em regiões onde os órgãos do governo dos Estados Unidos sofriam limitações políticas e dificuldades na área de inteligência. O Extremo Oriente e o Sul e o Sudeste Asiático eram as áreas geográficas consideradas mais necessitadas de ajuda extra-governamental. Vide: carta-convite, de 3 dezembro de 1950, sem dados de autoria, para [Margretta S.] Austin [Divisão de Ligação Pública: Departamento de Estado]; memorando de Margretta S. Austin para Carter [Divisão de Ligação Pública: Departamento de Estado], de 6 dezembro de 1950; e memorando de conversação, de 16 de dezembro de 1950, para [Margretta S.] Austin. In: NARA. RG 59: Department of State. Office of the Assistant Secretary for Public Affairs. Public Services Division (1953 – ca. 1959). Series: Records Relating to Conferences and Meetings. Box 140.

pela União Soviética. Para fundamentar essa postura independente e afirmativa dos EUA, considerada ainda frágil, o programa investiu em quatro linhas de ação: no apoio às Nações Unidas, no suporte aos programas de recuperação econômica mundial, no fortalecimento das nações contra as ameaças de agressão comunista e na transmissão dos avanços científicos e progresso industrial dos Estados Unidos às áreas “subdesenvolvidas”⁵⁷.

Essa proposta de ataque à agenda internacional soviética, presente no Programa Ponto Quatro, entretanto, não vinha sendo bem recebida. Notava-se que o público internacional vinculava o programa exclusivamente às ações do governo, sem reconhecer, como esperado, que ele fosse reconhecido também como parte de esforços de boa-vontade de um amplo setor da sociedade civil norte-americana. Objeto de frequentes críticas de imperialismo, favoritismo a interesses coloniais europeus e de reacionarismo anticomunista, o Ponto Quatro, segundo avaliação da diplomacia, não prosperava em razão das deficiências dos órgãos governamentais locais e norte-americanos na sua divulgação e operação⁵⁸.

Incidia sobre essa recepção as suspeitas e acusações, que o governo norte-americano nunca conseguira dissipar totalmente, no pós-guerra, de que sua política era fascista e que seus programas de assistência estavam cercados de motivações ulteriores, secretas⁵⁹. O Departamento de Estado, vendo nas fundações um meio para vencer essa recepção negativa para sua agenda diplomática, voltou-se para elas, conclamando-as a assumirem publicamente a dianteira dessas iniciativas. Esperava-se que em atendimento às disposições do Smith-Mundt Act, a dissolução das suas atividades culturais entre as ações de informação e inteligência do governo as tornasse uma alternativa operacional efetiva, capaz de reverter uma avaliação externa que era prejudicada principalmente pela exposição do Executivo nacional em ações que deveriam ser percebidas como de “boa-vontade” e não de Estado⁶⁰.

Os representantes dos escritórios regionais do serviço diplomático e os membros do Policy Planning Staff, grupo de planejamento estratégico e ações clandestinas do Departamento de Estado ligado à CIA, reunidos na Conferência com Grandes Fundações em abril de 1951, solicitavam a imediata realização dessa mudança tática. Pediam maior participação das fundações na condução de

⁵⁷ Vide: BU, Liping. Op., cit., p. 393-5.

⁵⁸ Para essa avaliação, ver: memorando de Hayes [Escritório do secretário-assistente de Estado para Assuntos Econômicos: Departamento de Estado] para Carter [Divisão de Ligação Pública: Departamento de Estado], de 4 de novembro de 1949. In: NARA. RG 59: Department of State. Office of the Assistant Secretary for Public Affairs. Office of Public Affairs. Office of the Director. (ca. 1949 - 1953). Series: Subject Files, compiled 1944-1952. Box 7.

⁵⁹ Cf.: Relatório “The Soviet ‘Peace’ Offensive”. Anexo do memorando de Walter K. Schwinn [Escritório de Relações Públicas: Departamento de Estado] de 22 de novembro de 1949. In: NARA. RG 59: Department of State. Office of the Assistant Secretary for Public Affairs. Office of Public Affairs. Office of the Director. (ca. 1949 - 1953). Series: Subject Files, compiled 1944-1952. Box 8.

⁶⁰ Cf.: memorando de Hayes [Escritório do secretário-assistente de Estado para Assuntos Econômicos: Departamento de Estado] para Carter [Divisão de Ligação Pública: Departamento de Estado], de 4 de novembro de 1949. Op., cit.

programas de assistência econômica, na formação de profissionais na área de línguas, maior diálogo com o Departamento de Estado para a transmissão de expertise em programas de assistência social e, para aprofundar o monitoramento ao emergente nacionalismo das colônias europeias, maior aproximação e diálogo delas com lideranças das regiões “atrasadas” do mundo. Dean Rusk, na ocasião, secretário-assistente de Estado para Questões do Extremo Oriente, elevou o tom da conclamação ao declarar que o chamado às fundações para que atuassem nas áreas de propaganda e inteligência vinha diretamente da Casa Branca. Seria parte da mais recente ofensiva ideológica contra a URSS, a Campanha da Verdade, para a qual Truman pretendia a participação especialmente de organizações não-governamentais⁶¹.

Lançada por Harry S. Truman em discurso na Associação Norte-Americana de Editores de Jornais, em 20 de abril de 1950, a Campanha da Verdade pretendia ser uma resposta única a duas distintas iniciativas soviéticas, que vinham impactando bastante as ações externas dos Estados Unidos. Em primeiro lugar, à crescente ingerência da União Soviética na Coreia⁶². Os soviéticos, cuja movimentação de forças militares e apoio logístico na região teriam alavancado a eclosão, apenas dois meses depois, de uma sangrenta guerra civil (1950-53), estariam com sucesso divulgando que sua intervenção na questão coreana constituía uma iniciativa de paz, uma medida de defesa, e uma ofensiva contra os planos de guerra estado-unidenses. Em segundo, seria uma resposta aos grandes eventos culturais promovidos pela URSS na Europa. Sabia-se que vinham sendo bem-sucedidos no questionamento à legitimidade da aliança militar atlântica e em desacreditar a propaganda democrática sobre os EUA e o esforço para se estabelecer novas e melhores imagens do país. Estes eventos organizados por Moscou, conhecidos como “Congressos pela Paz Mundial”, os mais importantes tendo sido realizados em 1949, nas cidades de Wroclaw, Paris e Nova Iorque⁶³, produziram um dano bem particular: teriam sido convincentes em identificar os EUA à direita, ao racismo e à agressão militar e em anunciar o aprofundamento das diferenças entre a direita e a esquerda política, destacando que cabia à URSS liderar as esquerdas⁶⁴.

⁶¹ Para os relatos da realização da Conferência, ver: Minutas de discussão “Consultive Conference with Representatives of Foundations on Problems of Information and Education on Foreign Affairs”. Op., cit. Vide, também: Tópicos para discussão “Consultive Meeting with Heads of Major Foundations”, sem data. In: NARA. RG 59: Department of State. Office of the Assistant Secretary for Public Affairs. Public Services Division. (1953 - ca. 1959). Series: Records Relating to Conferences and Meetings. Box 140.

⁶² A Campanha da Verdade teve origem no Escritório de Relações Públicas, a seção do Departamento de Estado responsável pela realização da Conferência com Grandes Fundações. Considerando-a útil ao esforço de guerra na Coreia, Dean Rusk a proporia depois a Truman. Cf.: LILLY, Edward P. *Idem*, *ibidem*, p. 82.

⁶³ Foram realizados dezenas destes congressos, em cidades europeias e nas capitais e cidades importantes de países de todos os continentes, entre o ano de 1948 e os primeiros anos da década de 1950. Com o fim da Guerra da Coreia, a frequência deles diminuiu drasticamente.

⁶⁴ Cf.: memorando de Frank H. Oram [Escritório do vice-subsecretário para Administração: Departamento de Estado], para [Walter K.] Schwinn, de 16 de agosto de 1949. In: NARA. RG 59: Department of State. Office of the Assistant Secretary for

Truman buscava alavancar o esforço de propaganda norte-americano e demandava o lançamento, com a Campanha da Verdade, de verdadeiro “Plano Marshall” no “campo das ideias” para responder às ações soviéticas: eram estimados investimentos vultosos, voltados à promoção do respeito às liberdades, destaque para as liberdades trabalhista, religiosa e de expressão, e à ideia de universais oportunidades de ascensão social, como marcas positivas da sociedade e do capitalismo norte-americano⁶⁵.

Malgrado a convocação presidencial, não foi firmado nenhum compromisso dos filantropos com os objetivos internacionais da Campanha da Verdade durante a Conferência. A opinião da maioria dos conferencistas era de que esta campanha de informação deveria ser iniciada pelo público doméstico, considerado mais prejudicado que o externo na compreensão das posições da política externa norte-americana. Sintetizando essa avaliação, o presidente da World Peace Foundation, Harvey H. Bundy, disse que o norte-americano, ainda provinciano em relação a temas de política internacional, precisava ser familiarizado em relação à cinco questões fundamentais da atuação do seu país que permaneciam pouco compreendidas: 1) os Estados Unidos são um poder mundial; 2) quaisquer conflitos (armados) são ameaças reais à paz mundial; 3) os Estados Unidos somente intervêm militarmente através e em concerto com seus aliados; 4) o comunismo representa verdadeira ameaça à paz; e 5) a Terceira Guerra Mundial deve ser a todo custo evitada⁶⁶.

O presidente da Carnegie Corporation, John Gardner, propôs durante a Conferência medidas para o estabelecimento da agenda de formação do público doméstico reivindicada por Harvey H. Bundy. Sugeriu que universidades, fundações e órgãos do governo respondessem investindo na formação de lideranças e na difusão de informação entre formadores de opinião. Definindo atividades e responsabilidades, ele disse que caberia às universidades e fundações produzir boa “informação”, mas

Public Affairs. Office of Public Affairs. Office of the Director. (ca. 1949 - 1953). Series: Subject Files, compiled 1944-1952. Box 8.

⁶⁵ Cf.: HAMBLIN Jr., Terry Robert. *Selling America: 'The Voice of America' and United States Radio Propaganda to Western Europe, 1945-1954*. 506 f. Tese (Doutorado) – The Graduate School, Stony Brook University, Stony Brook, May 2006, p. 253, 264. A Campanha da Verdade era parte de uma ampla programação de “ações psicológicas” de longa duração projetadas no Departamento de Estado. Sua aplicação era particularizada segundo critérios como níveis de aproximação diplomática, assédio político ou ameaça militar comunista e o grau particular de perigo representado pelos países à segurança dos Estados Unidos. Tomados esses pressupostos, eram quatro as regiões prioritárias, por ordem de gravidade e importância: em primeiro lugar, a própria União Soviética; em segundo, a chamada “Cortina de Ferro” da Europa Oriental e das “nações cativas” do Oriente, China, Mongólia e Coréia do Norte; em terceiro, a chamada “periferia crucial”, Indochina, Coréia do Sul, Japão, Irã, Afeganistão, Turquia, Grécia, Iugoslávia, Áustria, Finlândia e Alemanha Ocidental, países, alguns deles considerados geograficamente próximos da URSS para serem anexados à área de influência militar soviética, cujos compromissos com os EUA eram considerados ainda insuficientes; e, em quarto, a chamada “zona de perigo”, Índia, Paquistão, Filipinas, Ceilão (atual Sri Lanka), França e Itália, países considerados amigáveis, mas com relevante movimento de massas comunista, cuja perda para a URSS, estimava-se, poderia causar transtornos incalculáveis e imprevisíveis, dentro e fora do circuito já consolidado da aliança militar norte-americana. Vide: UNITED STATES DEPARTMENT STATE. *Foreign Relations of United States, 1950, Volume IV. Central and Eastern Europe; The Soviet Union*. Washington D.C.: U.S. Government Printing Office, 1980, p. 304, 311-3.

⁶⁶ Cf.: Minutas de discussão “Consultative Conference with Representatives of Foundations on Problems of Information and Education on Foreign Affairs”. Op., cit.

agindo sob a orientação governamental. Postas desta forma, de permeio no trânsito de dados entre governo e público, a missão delas também seria a de assegurar o sigilo da informação civil e militar manipulada e conduzida por seus canais. Os estudos de área e as Ciências Sociais, por sua vez, dariam o suporte material a esse trabalho, atendendo às demandas da CIA e do Departamento de Estado por informação externa e por material para a formulação de conteúdos de propaganda. John Gardner, como medida imediata, propôs que os órgãos do governo norte-americano e as fundações incorporassem estas duas especialidades à sua carta de investimentos, exatamente como a Fundação Rockefeller vinha fazendo desde os anos 1930, ao apoiar as atividades do Social Science Research Council (SSRC). Sua aposta era de que a colaboração entre essas várias instâncias institucionais logo produziria um mecanismo de articulação, útil e adequado ao governo na operação de sua política⁶⁷.

O limitado apoio das grandes fundações para uma agenda de formação do público externo em questões de política da Guerra Fria, tornado patente na Conferência, não chegou a inibir os planos do Departamento de Estado. A Fundação Ford já havia se prontificado, antes e depois deste evento, em colaborar nos esforços de propaganda doméstica e, nos mesmos moldes do modelo proposto por John Gardner, em articular um plano de formação de redes e elites no exterior. E o fizera antecipadamente, como declaração de princípios, quando reiterou ao Departamento de Estado estar pronta para executar uma proposta, não de direta formação de massas, mas de atração às elites, nas circunstâncias em que razões políticas ou diplomáticas prejudicassem ou impedissem o Departamento de agir pública ou diretamente⁶⁸. Escritórios e seções do Departamento de Estado, explorando esse canal de colaboração já aberto, dirigiam à Fundação Ford muitas e crescentes requisições. Eram principalmente pedidos de informações sobre publicações, personalidades e organizações políticas domésticas e internacionais e convites para que a organização colaborasse no varejo da captação de dados de inteligência⁶⁹.

Desde 1948, era função da Equipe de Pesquisa Externa (ERS), seção do Escritório de Pesquisa de Inteligência (OIR) do Departamento de Estado, ser a principal ponte de ligação da

⁶⁷ Cf.: Minutas de discussão “Consultive Conference with Representatives of Foundations on Problems of Information and Education on Foreign Affairs”. Op., cit. Memorando de F. H. Russel para Barret [secretário-assistente de Estado para Relações Públicas: Departamento de Estado], de 18 de abril de 1951. In: NARA. RG 59: Department of State. Office of the Assistant Secretary for Public Affairs. Public Services Division. (1953 - ca. 1959). Series: Records Relating to Conferences and Meetings. Box 140.

⁶⁸ Vide, dentre várias referências disponíveis: memorando de Edward W. Barrett [secretário-assistente de Estado para Relações Públicas] para Hulten [Escritório de Informação Internacional e Intercâmbio Educacional: Departamento de Estado], de 10 de maio de 1951; memorando de Noble [Divisão de Pesquisa de História Política: Departamento de Estado] para J. Boughton [Escritório de Relações Públicas: Departamento de Estado], de 15 de maio de 1951; e memorando de [J.] Boughton para Robert L. Thompson [Divisão de Publicações: Departamento de Estado], de 16 de maio de 1951. In: NARA. RG 59: Department of State. Office of the Assistant Secretary for Public Affairs. Office of Public Affairs. Office of the Director. (ca. 1949 - 1953). Series: Subject Files, compiled 1944-1952. Box 3.

⁶⁹ Vide: memorando de Jesse M. McKnight [Escritório do secretário-assistente de Estado para Relações Públicas] para Meade [Equipe de Administração: Departamento de Estado], de 18 de maio de 1951. In: NARA. RG 59: Department of State. Bureau of Public Affairs. Policy Plans and Guidance Staff. (1960 - ca. 1965). Series: Subject Files, compiled 1956-1962, documenting the period 1946-1962. Box 68.

comunidade de informações com universidades e organizações não-governamentais, sendo o contato formal da Fundação Ford nessas transações. Mantida e servindo também à CIA e ao Departamento de Defesa, a ERS tinha entre suas responsabilidades concentrar serviços de *networking*, contratação e disseminação de dados, particularmente de pesquisas de ciências sociais e *area studies* de áreas externas e sobre problemas do esforço de “guerra psicológica”⁷⁰. O interesse das demais seções do Departamento pelo trabalho com as grandes fundações acirrou tensões com a ERS, já que postulavam a queda do poder de veto e intermediação da Equipe de Pesquisa Externa e que o acesso às fundações não fosse justificado apenas por demandas por informação e por veículos de divulgação de propaganda. Expressão de disputas por privilégios no acesso, consumo e controle da informação, desenvolveu-se entre 1950 e início de 1951, no Departamento de Estado, negociações para definir como e quem estaria autorizado a manter relações com as organizações não-governamentais. A Fundação Ford estava no centro dessa disputa, já que o Escritório de Relações Públicas pretendia conquistar prioridade no relacionamento com a Fundação⁷¹.

Essa disputa deixou como saldo a definição de um modelo de relacionamento das seções do Departamento de Estado com fundações e organizações não-governamentais. Funções foram especificadas, mas o papel da ERS não foi diminuído nem modificado. A Equipe de Pesquisa Externa permaneceria ponte de ligação com fundações e universidades e órgão responsável pelo expediente de contratação. Todas as seções do Departamento estariam liberadas para abordar as fundações, mas na divisão de tarefas estabelecida, o Escritório de Inteligência (R) seria destino e consumidor prioritário da informação produzida, e o Escritório de Relações Públicas, o canal de disseminação da informação do Departamento para divulgação e consumo externo⁷².

Evron M. Kirkpatrick, o chefe da Equipe de Pesquisa Externa (1948-1952)⁷³, como resposta a uma enorme demanda, chegou a designar um oficial de ligação especialmente para tratar do diálogo

⁷⁰ Para a ERS, consultar: memorando do gabinete do diretor da CIA para o secretário do Psychological Strategy Board, de 1 de abril de 1953; e memorando para o Inspetor Geral da CIA [Lyman Kirkpatrick], sem autor, de 6 de agosto de 1954. In: NARA. General CIA Records. CREST: 25-Year Program Archive.

⁷¹ Vide: memorando de Brad Patterson [Escritório de Relações Públicas: Departamento de Estado] para F. H. Russel, de 22 de junho de 1951; e memorando de Bradley H. Patterson, Jr., para Heitzeberg [Escritório do vice-subsecretário de Estado para Administração], de 11 de setembro de 1951. In: NARA. RG 59: Department of State. Office of the Assistant Secretary for Public Affairs. Office of Public Affairs. Office of the Director (ca. 1949 - 1953). Series: Subject Files, compiled 1944-1952. Box 3.

⁷² Cf.: memorando de Fischer Howe [secretariado-executivo: Departamento de Estado] para os escritórios de Relações Públicas e Inteligência, de 31 de maio de 1951. In: NARA. RG 59: Department of State. Subject Files of the Bureau of Intelligence and Research (INR), 1945-1960. Box 5. Memorando de F. H. Russel [Escritório de Relações Públicas: Departamento de Estado] para MackKnight, de 3 de maio de 1951. In: NARA. RG 59: Department of State. Bureau of Public Affairs. Policy Plans and Guidance Staff. (1960 - ca. 1965). Series: Subject Files, compiled 1956-1962, documenting the period 1946-1962. Box 68.

⁷³ Que após ocupar outros postos em órgãos da área de inteligência, como o Psychological Strategy Board, se tornaria o longo tempo (1954-1981) diretor-executivo da Associação Norte-Americana de Ciência Política (APSA).

das seções do Departamento de Estado com a Fundação Ford⁷⁴. Na Fundação, o publicitário e profissional de relações públicas, W. H. Ferry, então assessor de imprensa de Henry Ford II, estava entre os responsáveis por intermediar com o Departamento mútuos interesses internacionais⁷⁵.

A CIA considerou o relacionamento estabelecido entre ERS e organizações não-governamentais vantajoso para ela, e incentivou o melhoramento e aprofundamento do modelo de operações. A Agência avaliava que a execução nessa seção do Departamento de Estado dos contatos com instituições de pesquisa, e não na própria Agência, era positiva por razões de segurança e para aliviar a suspeição das próprias instituições de pesquisa de que ela, a CIA, estivesse envolvida ou fosse parte interessada no financiamento e contratação dos trabalhos⁷⁶.

Entretanto, mesmo o recurso à ERS parecia apresentar o risco de pressões políticas e restrições legais, consideradas menores quando as ações eram iniciadas nas próprias instituições, e não nos órgãos de governo. Considerava-se a Fundação Ford, dentre os vários parceiros não-governamentais, um canal relativamente seguro e “consciente” deste tipo, a quem se poderia incumbir da realização de grandes projetos, úteis às demandas da Agência, bem como da maioria dos órgãos governamentais. O diretor-assistente de Pesquisas e Projetos da CIA (1951-2), o economista do MIT (1949-1969), Max F. Millikan, recomendava à Agência que acionasse a Fundação para a realização de “estudos de base”, úteis ao esclarecimento da atividade operacional e de formulação política do governo. Em 1951, segundo ele, dentre as áreas de interesse e investigação consideradas mais úteis à atuação governamental estavam:

a) O estabelecimento de estudos de área, tanto para treinamento quanto para pesquisas sobre a estrutura política, social, econômica e jurídica das regiões que são de grande importância para as políticas atuais dos Estados Unidos, mas que ainda não foram estudadas a fundo nas Universidades. Como principal exemplo, podemos citar toda a região do Extremo Oriente, sobre o qual nossos conhecimentos são extremamente limitados. É impossível elaborar programas inteligentes de assistência econômica, reorientação política ou guerra psicológica sem saber muito mais do que conhecemos hoje sobre as características básicas de regiões cruciais como Indonésia, Indochina, Índia, Paquistão, Irã,

⁷⁴ Cf.: memorando para arquivamento, de Jesse M. MacKnight, de 7 de maio de 1951, com cópias para Sargeant e Crosby [Divisão de Ligação Pública: Departamento de Estado]. In: NARA. RG 59: Department of State. Bureau of Public Affairs. Policy Plans and Guidance Staff. (1960 - ca. 1965). Series: Subject Files, compiled 1956-1962, documenting the period 1946-1962. Box 68.

⁷⁵ Cf.: memorando de Southworth [Escritório de Relações Públicas: Departamento de Estado] para Russel, de 25 de maio de 1951; e carta de Francis H. Russel para W. H. Ferry, de 26 de maio de 1951. In: NARA. RG 59: Department of State. Office of the Assistant Secretary for Public Affairs. Office of Public Affairs. Office of the Director (ca. 1949 - 1953). Series: Subject Files, compiled 1944-1952. Box 3.

⁷⁶ Cf.: “Research of Common Concern”, relatório confidencial sem data. In: NARA. RG 59: Department of State. Subject Files of the Bureau of Intelligence and Research (INR), 1945-1960. Box 5.

etc.,⁷⁷. Programas de pesquisa intensiva, desenvolvidos por grupos representativos das diversas disciplinas das ciências sociais, aliados a programas de treinamento, formariam uma combinação imensamente útil às agências de inteligência do Governo.

b) Uma avaliação geral, área por área, buscando determinar até que ponto a assistência econômica tem tido – ou poderá ter – um efeito importante em promover a adesão aos ideais da democracia política.

c) Estudos históricos que indiquem como alguns países alcançaram seu presente estágio de desenvolvimento, juntamente com as lições que podem ser derivadas da experiência histórica destes países e os limites que ela impõe sobre as nossas esperanças de atuação econômica e política junto a eles no futuro.

d) Uma análise detalhada por parte das duas ou três pessoas nos Estados Unidos que conhecem bem a natureza, a validade e o escopo das estatísticas e dos métodos estatísticos soviéticos, abrangendo diversos setores⁷⁸.

Para se responder à demanda do governo por “estudos históricos e outros estudos básicos sobre a natureza e a estrutura de países estrangeiros”, Millikan considerava os meios e fontes não-secretas os mais frutíferos, e a Fundação Ford, por sua dimensão e abertura para as solicitações governamentais, uma competente mobilizadora de intelectuais e instituições e uma grande realizadora de projetos para fins de informação⁷⁹. E esse é que deveria ser o principal engajamento das fundações norte-americanas, disse Paul G. Hoffman, em chamamento às instituições ainda recalcitrantes à colaboração governamental: seu modo de ação adequado deveria ser o do engajamento na frente de informações dos “esforços de paz”, isto é, na consolidação da agenda política norte-americana⁸⁰.

⁷⁷ Os primeiros escritórios internacionais da Fundação Ford foram abertos justamente na Ásia. O primeiro, na Índia, em 1952; e os demais, na Indonésia, Paquistão, Líbano e no atual Mianmar, em 1953.

⁷⁸ Tradução de Laura Hafner, revista pelo autor. No original: a. The establishment of area institutes for both training and research in the political, social, economic and legal structure of regions of great importance to present United States policy but not as yet extensively studied in Universities. The prime example is the whole Far Eastern region of which our knowledge is extremely limited. It is impossible to design intelligent programs of economic assistance, political re-orientation, or psychological warfare without knowing a great deal more than we now know about the basic characteristics of such crucial districts as Indonesia, Indochina, India, Pakistan, Iraq, etc. The combination of programs of intensive research by groups representing various social science disciplines and programs of training could be enormously useful to the intelligence agencies of the Government. b. A general evaluation, area by area, of the extent to which economic assistance has had or could have an important effect in promoting adherence to the ideals of political democracy. c. Historical studies indicating how foreign areas have reached their present stage of development, with any lessons that could be derived as to the limits their historical experience places on what we can hope to do with them economically and politically in the future. d. A detailed analysis by the two or three persons in the U. S. competent in the area of the nature, validity, and scope of Soviet statistics and statistical methods in various fields. Vide: memorando de Max F. Millikan, “Suggestions on kinds of projects we would like to see the Ford Foundation Support”, de 2 de abril de 1951. In: NARA. General CIA Records. CREST: 25-Year Program Archive.

⁷⁹ Cf.: memorando de Max F. Millikan, “Suggestions on kinds of projects we would like to see the Ford Foundation Support”, de 2 de abril de 1951. Op., cit.

⁸⁰ Vide: McCARTHY, Kathleen D. From Cold War to Cultural Development: The International Cultural Activities of the Ford Foundation, 1950-1980. *Daedalus*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, vol. 116, n. 1, 1987, p. 95.

O Relatório Gaither, lançado há 65 anos, continua a ser a carta de princípios da Fundação Ford⁸¹.

Bibliografia

- BELL, Peter D. The Ford Foundation as a Transnational Actor. In: *International Organization*, v. 25, n. 3, 1971.
- BU, Liping. Educational Exchange and Cultural Diplomacy in the Cold War. In: *Journal of American Studies*, v. 33, n. 3, 1999.
- CHAVES, Wanderson. Democracia e bem-estar social segundo a militância liberal-democrata: o Relatório Gaither e a agenda de política internacional da Fundação Ford. In: *Oikos*, v. 8, n. 2, 2009.
- FLEISHMAN, Joel L. *The Foundation: A Great American Secret. How Private Wealth is Changing the World*. New York: Public Affairs, 2007.
- FORD FOUNDATION. *Annual Report for 1951*. New York: Ford Foundation, 1951.
- FORD FOUNDATION. *Annual Report for 1953*. New York: Ford Foundation, 1953.
- GAITHER Jr., H. Rowan. (ed.). *Report of the Study for the Ford Foundation on Policy and Program*. Detroit: Ford Foundation, 1950.
- GREMION, Pierre. The Partnership between the Ford Foundation and the Congress for Cultural Freedom in Europe. In: GEMELLI, Giuliana (ed.). *The Ford Foundation and Europe (1950's-1970's). Cross-fertilization of Learning in Social Science and Management*. Brussels: European Interuniversity Press, 1998.
- HAMBLIN Jr., Terry Robert. *Selling America: 'The Voice of America' and United States Radio Propaganda to Western Europe, 1945-1954*. 506 f. Tese (Doutorado) – The Graduate School, Stony Brook University, Stony Brook, May 2006.
- HERZ, Mônica. *Política cultural externa e atores transnacionais: o caso da Fundação Ford no Brasil*. 162 f. Dissertação (Mestrado) – IUPERJ, Rio de Janeiro, maio de 1989.
- MACDONALD, Dwight. *The Ford Foundation: The Men and the Millions*. New York: Reynal & Company, 1956.
- MAGAT, Richard. *Ford Foundation at Work: Philanthropic Choices, Methods, and Styles*. New York: Plenum Press, 1979.
- MCCARTHY, Kathleen D. From Cold War to Cultural Development: The International Cultural Activities of the Ford Foundation, 1950-1980. In: *Daedalus*, v. 116, n. 1, 1987.

⁸¹ Cf.: www.fordfoundation.org/about-us/history/, com acesso em 25 de junho de 2015. A Fundação Ford já está em seu décimo presidente, Darren Walker.

MICELI, Sérgio. A aposta numa comunidade científica emergente. A Fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil, 1962-1992. In: MICELI, Sérgio (coord.). *A Fundação Ford no Brasil*.

MICELI, Sérgio (coord.). *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré e FAPESP, 1993.

MICELI, Sérgio. *A desilusão americana: relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Editora Sumaré, 1990.

RAYNOR, Gregory K. *Engineering Social Reform: The Rise of Ford Foundation and Cold War Liberalism, 1908-1959*. 398 f. Tese (Doutorado) – Graduate School of Arts and Science, New York University, New York, May 2000.

REEVES, Thomas C. An Inquiry into the Origins of the Fund for Republic. In: *Pacific Historical Review*, v. 34, n. 2, 1965.

SCHRUM, Ethan. *Administering American Modernity: The Instrumental University in the Postwar United States*. 281 f. Tese (Doutorado) – University of Pennsylvania, Philadelphia, 2009.

SMITH, Bradford. Dedicacão a valores democráticos. In: MICELI, Sérgio (coord.). *A Fundação Ford no Brasil*.

SUTTON, Francis X. The Ford Foundation: The Early Years. *Daedalus*, v. 116, n. 1, 1987.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. *Foreign Relations of the United States, 1949. National Security Affairs, Foreign Economic Policy, Volume I*. Washington D.C.: U.S. Government Printing Office, 1976.

UNITED STATES DEPARTMENT STATE. *Foreign Relations of United States, 1950, Volume IV. Central and Eastern Europe; The Soviet Union*. Washington D.C.: United States Government Printing Office, 1980.

U.S. CODE COLLECTION. United States Information and Educational Exchange Programs. In: http://www4.law.cornell.edu/uscode/html/uscode22/usc_sup_01_22_10_18.html, acessado em 28 de outubro de 2008.

ZUNZ, Olivier. *Philanthropy in America: A History*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2012.

Fontes

NARA. General CIA Records. CREST: 25-Year Program Archive.

NARA. RG 59: Department of State: Office of the Assistant Secretary for Public Affairs

NARA. RG 59: Department of State: Policy Planning Council (1961-1969).

NARA. RG 59: Department of State: Office of Public Affairs. Division of Public Liaison (12/12/1944-1953).

NARA. RG 59: Department of State: Bureau of Public Affairs. Policy Plans and Guidance Staff. (1960 - ca. 1965).

NARA. RG 59: Department of State: Subject Files of the Bureau of Intelligence and Research (INR), 1945-1960.

Rockefeller Archive Center. Ford Foundation Records. Oral History Project.